

“MEUS FILHOS NÃO SERÃO MACHISTAS” – UMA ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICA DE PAIS FEMINISTAS¹

“MY CHILDREN WONT BE SEXISTS” - AN ANALYSIS OF THE CONCEPTIONS OF GENDER AND POLITICS OF FEMINIST PARENTS.

Aline Ribeiro Quintanilha de Souza*

RESUMO

O tema deste trabalho são as relações de gênero que se estabelecem em famílias nas quais os pais que se definem como feministas. Analiso como estas famílias compreendem sua atuação política combinada com a criação de crianças. Nestas famílias, haveria uma combinação específica entre as noções de que o gênero é desenvolvido socialmente e, portanto, mutável e manipulável, e a noção de que existe uma estrutura patriarcal dominante de todas as relações de gênero. Reflito também sobre como estes pais buscam praticar o feminismo através da criação diferenciada, o que resultaria na formação de meninos mais sensíveis às opressões de gênero e meninas mais libertas.

Palavras-chave: Relações de Gênero, Família, Feminismo

ABSTRACT

The theme of this study are gender relations that are established in a family in which parents define themselves as feminists. I analyze how these families understand their political action combined with the creation of children. In these families, there would be a specific combination of the notions that gender is socially developed and therefore changeable and manipulable, and the notion that there is a patriarchal structure that dominates all gender relations. I also reflect on how these parents intend to practice feminism through differentiated creation, resulting in the formation of more sensitive boys to the oppressions of gender and more liberated girls.

Keywords: Gender Relations, Family, Feminism

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense- PPGA-UFF (bolsista Capes). Mestre em Antropologia pelo mesmo programa. Possui bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Desenvolve pesquisas nas áreas de Gênero, Corporalidade e Movimentos Sociais.

¹ Esta é uma frase escrita num cartaz usado durante uma das manifestações feministas que acompanhei. Utilizei esta fala proveniente do grupo observado como título porque acredito que ela demonstre os objetivos políticos dos atores sociais que estou analisando, os pais feministas destas crianças.

Introdução

Este trabalho é fruto de uma reflexão sobre o tema das relações de gênero em famílias que se definem como feministas. Meu objetivo é analisar a concepção que os pais têm da criação de seus filhos e como sua criação se articula com o posicionamento político de um ou ambos os pais. Enquanto a política institucional é pensada como conservadora e impermeável à sua atuação por estas pessoas, a solução parece estar ligada à sua esfera pessoal. Dessa maneira, o contato familiar aparece não apenas como o lugar do cuidado e do doméstico, ele figura como uma relação privilegiada para pensar e agir nas relações de gênero. Reflito também sobre como estes pais compreendem sua atuação política, especialmente marcada por sua situação enquanto cuidadores de seus filhos, pois buscam praticar o feminismo através da criação diferenciada, o que resultaria na formação de meninos mais sensíveis às opressões de gênero e meninas mais libertas.

Para a inserção nos debates acerca do tema que pesquiso no curso de doutorado no Programa de Pós-graduação em Antropologia - PPGA/UFF, acompanhei pela rede social facebook grupos que se dedicavam a debater a temática feminista e destaquei algumas postagens que se dedicavam ao assunto das relações familiares. Também mantive algumas conversas com mães² que se consideram feministas e que buscam criar seus filhos segundo a lógica deste movimento político. Além disso, participei de alguns protestos de caráter feminista que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro no segundo semestre de 2015, estando atenta às situações que envolviam crianças e relações familiares.

Utilizei minha entrada nos grupos do facebook e nos protestos como formas de contato, numa estratégia de aproximação inicial com estas pessoas. Isto permitiu que eu abrisse contato com alguns pais. Minha ideia é estar onde eles estiverem. Continuei minha observação acompanhando os caminhos acima

² Como esta pesquisa ainda está em um momento inicial, ainda não posso esmiuçar as disputas que acontecem dentro das próprias famílias que pretendo estudar. Apenas o trabalho de campo prolongado acompanhando o dia a dia de algumas destas pessoas, vai revelar se os posicionamentos das mães, dos pais, dos avós, etc., podem ser diferentes entre si e como eles se articulam. Neste momento, percebo muito mais engajamento das mães, porém, no decorrer do trabalho, optei por referir-me a pais feministas ou famílias feministas para não fechar as possibilidades de ação dos outros membros da família antes que eu pudesse perceber isso etnograficamente.

descritos e também estreitando os laços com estas famílias³. Até agora, cinco famílias se dispuseram a participar da pesquisa e tomei as entrevistas realizadas com estas pessoas como uma das fontes para este trabalho. Além do contato direto com os relatos destas famílias, tive acesso a diversos relatos públicos sobre a parentalidade feminista, nas situações acima mencionadas. As reflexões aqui expostas são frutos da análise dos dados construídos neste processo de aproximação.

Desencantamento e política

O movimento feminista tem recebido destaque e aumentado o número de adeptos no Brasil⁴. Com as redes sociais, os textos, notícias e imagens relacionados a este movimento atingem um grande número de indivíduos. Isso faz com que mais pessoas se identifiquem como feministas e se posicionem de forma contrária à maneira como as relações de gênero estão estabelecidas.

Diversas campanhas virtuais recentes como “não mereço ser estuprada”⁵, “primeiro assédio”⁶, “meu amigo secreto”⁷, se destacaram ao demonstrar o quanto diferenças de gênero podem gerar vários tipos de violência que atingem amigas, conhecidas

³ Este trabalho privilegia a perspectiva dos pais sobre a sua família e sua atuação política. O contato que tive com as crianças ainda é insuficiente para análise no momento. Pretendo realizar uma maior aproximação destas crianças posteriormente e, assim, poder refletir com mais clareza sobre a infância e as especificidades do processo educativo em si.

⁴ Segundo pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2010 em torno de 31% das mulheres brasileiras se considerava feminista, aumentando em 10% o contingente de em uma década. Fonte em: <http://csbh.fpabramo.org.br/node/7249>.

⁵ Campanha pela jornalista Nana Queiroz em que mulheres postavam em suas redes sociais fotos com um cartaz ou inscrição corporal dizendo “Eu não mereço ser estuprada” de março a abril de 2014. Tal campanha foi motivada após a divulgação dos resultados de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que dizia que 65% dos entrevistados haviam concordado com a afirmação de que mulheres com roupas curtas merecem ser atacadas. No entanto, o instituto afirmou posteriormente que houve um erro na tabulação dos dados e que o índice correto seria de 26%.

⁶ Campanha virtual, idealizada pelo coletivo feminista *Think Olga*, em que mulheres compartilhavam nas redes sociais relatos acerca das primeiras vezes que foram assediadas. A motivação da campanha foi uma grande quantidade de mensagens virtuais com conteúdo sexual explícito que foram direcionadas a uma participante de um programa televisivo de culinária que tinha apenas doze anos de idade. O objetivo da campanha, que se estendeu entre outubro e novembro de 2015, foi mostrar que desde muito novas as meninas são assediadas em nossa sociedade.

⁷ Por ocasião das festividades do fim do ano de 2015, entre novembro e dezembro de 2015, feministas denunciaram em suas redes sociais, mas sem dizer nomes, os seus conhecidos que praticaram atos considerados machistas como agressões físicas às mulheres, estupros, silenciamentos, entre outras coisas.

ou parentes. O êxito foi demonstrar que o machismo pode ser cotidiano e próximo.

No entanto, este avanço do feminismo não se dá em todos os campos e nem atinge a todos os níveis da experiência social. Está restrito a determinados grupos com trajetórias muito específicas. Segundo as perspectivas de diversas feministas, um movimento conservador tem ganhado espaço e se colocado como contrário às suas pautas. Ganham fôlego maneiras de compreender as relações entre os gêneros baseadas fortemente em concepções religiosas que julgam as mulheres que manifestam sua sexualidade fora dos padrões esperados de esposa e mãe. Através da iniciativa de levar os interesses religiosos até a política institucional, diversos políticos com pautas conservadoras teriam conquistado posições de poder e conseguido implementar projetos de lei que são tidos nos movimentos feministas como retrocessos.

Um desses projetos é o PL5069/2013⁸, de autoria de deputado Eduardo Cunha, atualmente presidente da Câmara dos Deputados. Tal proposta foi aprovada em 21 de outubro de 2015 pela Comissão de Constituição e Justiça. Segundo tal texto, uma mulher que abortasse estaria cometendo um crime, bem como qualquer pessoa que a auxiliasse nesta finalidade. Além disso, o projeto proíbe o acesso à pílula do dia seguinte por considerá-la abortiva. Este não impede os casos em que a interrupção da gravidez é permitida por lei, que são as situações de risco à saúde da gestante, anencefalia do feto e estupro. Porém, tal projeto prevê que no caso de estupro, a gestante só teria direito ao aborto que apresentasse uma série de documentos que comprovariam a violência sofrida, dentre eles um boletim de ocorrência gerado pela polícia e um exame de corpo de delito. Desta maneira, estaria sendo revogada a Lei 12.8045/13, que obriga o atendimento integral a qualquer pessoa que alegue ser vítima de violência sexual.

A reação feminista foi ir às ruas opondo-se ao projeto em algumas das principais capitais do país como Rio de Janeiro e São Paulo, num movimento autointitulado primavera feminista. Muitas mulheres consideram que o projeto fere seu direito de controle de natalidade por dificultar o acesso à pílula e ao aborto. Além disso, segundo as feministas que se

manifestavam, o projeto teria como consequência inibir o acesso ao aborto pelas vítimas de estupro, pois estas consideram que este crime é subnotificado. O motivo seria o fato de que as mulheres não seriam devidamente acolhidas nas instâncias em que poderiam obter os documentos necessários para abortarem.

Nos protestos do Rio de Janeiro, um grupo de mães recebia muito destaque ao exibir suas crianças pequenas. Por boa parte do tempo elas eram o elemento central das manifestações, recebendo atenção da maioria dos presentes e posando para fotos. O objetivo era mostrar que ser mãe é uma escolha das mulheres e que assim como elas tinham direito de serem mães, outras mulheres teriam o direito a abortar.

Porém, aquelas crianças não estavam ali apenas para simbolizar o direito de escolha. Elas também representavam que uma nova geração estaria chegando e que ela teria uma criação mais distante dos padrões de gênero hegemônicos. Para muitos manifestantes, as crianças representavam a esperança do feminismo. Um dos cartazes expostos na mesma manifestação dizia “*Meus filhos não serão machistas*”.

Figura 1- Na segunda manifestação da primavera feminista do Rio de Janeiro, um grupo de mães posa com suas crianças em slings em frente a uma faixa que diz: “Ser mãe é uma escolha!”.



⁸ Texto disponível em: http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B9C94B89D092825E08192AF42999B2B0.proposicoesWeb?codteor=1402444&filename=Parecer-CCJC-21-10-2015

Figura 2- Durante a mesma manifestação, uma mulher levanta um cartaz que diz: “Meus filhos não serão machistas”



Figura 3- Ainda durante o referido protesto, um panfleto foi utilizado e distribuído pelas mães feministas, ele dizia: “Sangue nas veias, leite nas tetas, amor no coração”



A cientista social Laura Moutinho (2014) apresenta a maneira como um conjunto de marcadores de diferenças vem sendo agenciados nas reflexões acadêmicas e políticas recentes. Ela descreve a empreitada de autores, notadamente de autoras feministas, para compreender como a multiplicidade de diferenciações sociais pode gerar uma série de experiências específicas de acordo com a maneira como são articuladas nos sujeitos. Esta composição recebeu o nome de

interseccionalidade. Uma mulher negra, por exemplo, articula em sua vida estas duas condições e isso determina seus acessos e posições sociais de forma diferente do que seria para uma mulher branca ou para um homem negro. Moutinho aponta que muitos fatores podem servir como marcadores sociais de diferença, desde gênero e raça, até mesmo estilo e nacionalidade. Assim, uma identidade social é cheia de diferenças e fraturas, ou seja, a experiência de ser mulher, ou negra, ou criança, não é única, estas identidades são recortadas por muitos tipos de desigualdades e tensões.

Assim, existem muitos tipos marcadores sociais de diferenças que são articulados para a formação dos sujeitos. Se pensarmos numa mulher feminista, ela pode ser também negra, indígena, ou transgênero, ou mesmo ter vários destes marcadores, dentre outros, ao mesmo tempo. Ela também pode ser mãe. Neste caso, suas preocupações podem ser diferenciadas de outros tipos de feministas, pois envolve a educação de seus filhos. Assim, a sua própria forma de exercer suas convicções políticas é específica. Ela estaria articulando suas posições de mulher, mãe e feminista, dentre outras possíveis. O mesmo aconteceria no caso dos pais⁹, e outros familiares.

Criando crianças e gêneros

A primavera feminista, conjunto de manifestações a que nos referimos anteriormente, fez pessoas saírem às ruas para um embate relacionado às pautas das mulheres na política institucional. No entanto, os pais com quem tive contato, bem como alguns manifestantes, demonstravam descrença neste tipo de política. O projeto de lei acima mencionado não foi vetado, um dos principais motes da manifestação, o “fora Cunha” não foi realizado até o momento em que este texto foi escrito. Muitas vezes, a política institucional é vista como o espaço do conservadorismo e da misoginia. Algumas feministas, ao falarem sobre figuras como Eduardo Cunha, relataram a sensação

⁹ Neste momento não discutirei a possibilidade de homens serem feministas. Tal assunto é tema de muitas discussões no meio e gera posicionamentos conflitantes. Esta questão não apareceu durante meu trabalho de campo até agora. O que posso dizer é que tomei contato com pais que buscam criar seus filhos segundo padrões de gêneros mais libertários. Eles discutem e se informam sobre o assunto em meios feministas e buscam formas de auxiliar a causa através da criação de seus filhos, mudança de suas próprias práticas e presença em atos e protestos.

de que existe um retrocesso nos direitos das mulheres, sendo que, para elas, as coisas deveriam estar mudando para melhor. Uma delas afirmou, enquanto conversávamos, que “*a falta de mudanças positivas desestimula muito o feminismo, porque faz as pessoas pensarem que tudo é assim mesmo*”.

Em entrevista à Judith Butler, a antropóloga Gayle Rubin (2003) reflete acerca do contexto de produção de seus principais trabalhos e analisa alguns aspectos da maneira como se desenvolvem as relações de gênero. Tentando entender esta sensação de que a luta feminista não tem gerado efeitos suficientes para acabar com o machismo, a autora aponta que esta impressão pode gerar uma situação em que as pessoas se sentem pessimistas a respeito das suas possibilidades. Para ela,

A frustração com o caráter persistente de algumas coisas leva as pessoas a acharem que elas não são geradas socialmente. Mas o tipo de mudança social que estamos falando requer muito tempo e o período de tempo em que estivemos tentando essa mudança é incrivelmente pequeno (RUBIN, 2003, p.167).

A autora acredita que a maneira como as configurações de parentesco marcam as psiques individuais é muito forte e duradoura e isso pode explicar a dificuldade em transformá-la. Segundo Rubin, “a aquisição de nossa programação sexual e de gênero assemelha-se muito à aprendizagem da de nosso sistema cultural ou da nossa língua materna”. (RUBIN, 2003, p.167). É bem mais difícil aprender e ter fluência em novas línguas do que na nossa língua materna. O mesmo aconteceria com a programação de gêneros.

Em uma reflexão acerca da construção da sexualidade humana como produto social, Gayle Rubin (1975) aponta que toda sociedade tem sua forma específica de tratar o sexo, os gêneros e os bebês, desta maneira, os sistemas de parentesco são as formas empíricas e observáveis destas relações sociais. Em sua concepção: “the realm of human sex, gender and procreation has been subjected to, and changed by, relentless social activity for millennia. Sex as we know it—gender identity, sexual desire and fantasy, concepts of childhood—is itself a social product¹⁰” (RUBIN, 1975, p.166). Assim, ela conclui que: “Each

new generation must learn and become its sexual destiny, each person must be encoded with its appropriate status within the system¹¹” (RUBIN, 1975, p.183).

Em um esforço de dar um caráter generalizante a tais relações, Rubin estabelece que gênero seria a divisão dos sexos imposta socialmente, o que transforma seres do sexo feminino e masculino em mulheres e homens. Ambos seriam metades incompletas, que dependeriam do seu oposto. Na maioria dos casos, esta oposição coloca o polo masculino como detentor de poder sobre o feminino. Dessa forma, as mulheres não disporiam de si mesmas, de sua liberdade e de sua sexualidade.

Para a autora em questão, existem diferenças biológicas entre mulheres e homens, mas sua enorme semelhança é desconsiderada pelo aspecto social. O gênero é uma expressão de diferenças que suprime as semelhanças. Ele exige que seja reprimido qualquer traço referente ao gênero a que certo indivíduo não pertence. Assim, todos os traços considerados masculinos teriam que ser reprimidos em mulheres, do mesmo jeito, as características tidas como femininas deveriam ser suprimidas nos homens. A heterossexualidade seria tomada como única via possível de orientação do afeto e do desejo. A autora pontua, porém, que os sistemas sexuais e de gênero específicos podem apresentar muitas variações desta fórmula.

Rubin afirma que as relações de parentesco do que ela denomina sombrio passado humano ainda dominam nossas noções de gênero, sexualidade e a maneira como criamos nossos filhos. O feminismo deveria buscar realizar uma revolução no parentesco. Em suas palavras:

Feminism must call for a revolution in kinship. The organization of sex and gender once had functions other than itself—it organized society. Now, it mainly organizes and reproduces itself. The kinds of relationships sexuality established in the dim human past still dominate our sexual lives, our ideas about men and women, and the ways we raise our children. But they lack the functional load they once carried. One of the most conspicuous features of kinship is that it has been systematically stripped of its functions—political, economic, educational, and organizational. It has been reduced to its barest bones—sex and gender. Human sexual life will

¹⁰ Tradução minha: O reino do sexo, do gênero e da procriação foram submetidos, e modificados, pelas incessantes atividades sociais por milênios. O sexo como o conhecemos – identidade de gênero, desejo sexual e fantasia, conceitos de infância – é em si mesmo um produto social.

¹¹ Tradução minha: Cada nova geração deve aprender e se tornar seu destino sexual, cada pessoa deve ser enquadrada em seu status apropriado dentro sistema.

always be subject to convention and human intervention. It will never be completely “natural,” if only because our species is social, cultural, and articulate¹² (RUBIN, 1975, p.199).

Trazendo a análise de Rubin sobre o conceito de gênero para o tema de pesquisa que estamos discutindo, podemos pensar que a maneira como é realizada a socialização de crianças na nossa sociedade é que o que gera os padrões de gênero que são definidos como machistas pelos pais feministas. Se o sistema de sexo e gênero é fruto de uma construção social, então o feminismo, notadamente os pais feministas, poderiam educar crianças segundo outras relações de parentesco e isso poderia trazer como efeito um sistema completamente diferente.

Em uma postagem de um site português que ganhou repercussão nos ciclos feministas das redes sociais no Brasil, a autora se pergunta: “*Criamos hoje os homens de amanhã. É uma realidade. Será que estamos a criar os homens de amanhã na igualdade de gênero?*”¹³

Segundo os relatos destes pais, pessoas criadas para a igualdade, homens ou mulheres, seriam diferentes de todos que conhecemos porque seriam educadas de outras maneiras, sem as imposições e limitações que vivenciaram praticamente todos que foram socializados segundo as normas de nossa sociedade. A próxima geração seria melhor que a nossa, resolveria todos os problemas que não resolvemos, ou nem mesmo os teriam. As esperanças estão no futuro.

A perspectiva de que o ambiente social em que uma criança vive é definidor de seu aprendizado, é defendida por um dos pensadores de maior destaque da Pedagogia, Lev Vygotsky (1989), em sua abordagem sociointeracionista da educação. Para ele, o desenvolvimento da criança se dá a partir das relações

entre pessoas com as quais ela convive, em seu contexto social e cultural específico. O autor privilegia a dimensão histórica, mostrando que as crianças estão aprendendo dentro de seu contexto histórico. Numa perspectiva semelhante à de Rubin, Vigotsky defende que:

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social (VYGOTSKY, 1989, p. 33).

Figura 4 - Marcha das Vadias de 14 de novembro de 2015, no Rio de Janeiro. Mãe deixa sua filha brincando perto de um cartaz que diz “Com mãe feminista eu não cresço submissa”



Figura 5- Durante a mesma marcha, uma mãe posa com seu filho e um cartaz em que está escrito: “Preciso do feminismo para não crescer machista”



¹² Tradução minha: O feminismo deve buscar uma revolução no sistema de parentesco. A organização de sexo e de gênero já teve funções outras que não se esgotava em si mesmas – ela organizou a sociedade. Agora, ela só organiza e reproduz a si mesma. Os tipos de relações de sexualidade estabelecidos no sombrio passado humano ainda dominam nossa vida sexual, nossas idéias sobre homens e mulheres e a maneira como criamos nossas crianças. Mas a eles falta a carga funcional que eles já carregaram. Um dos traços mais evidentes do parentesco é ter sido sistematicamente esvaziado de suas funções – políticas, econômicas, educacionais e organizacionais. Foi reduzido ao esqueleto mais despojado – *sexo e gênero*. A vida sexual humana sempre será sujeita à convenção e à intervenção humana. Nunca será completamente “natural”, porque nossa espécie tem um caráter social, cultural e articulado.

¹³ Extraído do texto: “Nós somos as mães dos homens de amanhã: educar para a igualdade de gênero”, disponível em <http://uptokids.pt/educacao/nos-somos-maes-dos-homens-de-amanha-educar-para-a-igualdade-de-genero/>

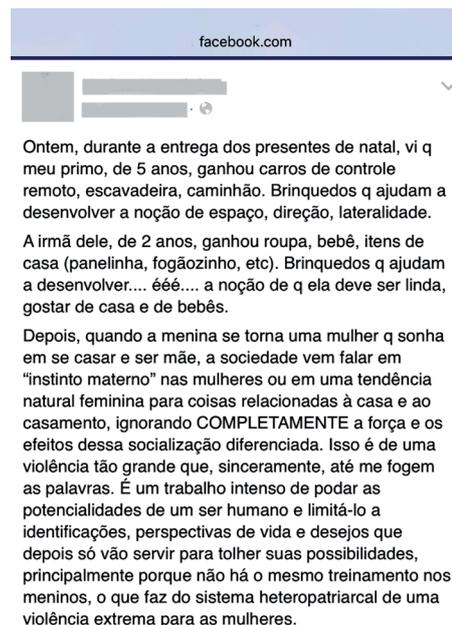
A concepção de gênero de Henrietta Moore (1997) destoa significativamente do que foi apresentado até então. Ainda que os autores apontem a importância do fator biológico, Moore é mais enfática ao defender que biologia e comportamento social não podem ser compreendidos numa relação simples de causa e efeito. Nesse sentido, o biológico, assim como o social, é um componente dinâmico da existência e não um determinante de mão única. Existiria uma teia de relações interinfluenciáveis entre o polo biológico e o social. Assim, o corpo humano seria resultado destas interações. Desta maneira, o que entendemos como biológico ou cultural seriam, eles mesmos, frutos de construções culturais. Considero que a análise acima apontada complexifica a noção de gênero desenvolvida por Rubin, ainda que estas não precisem ser tomadas como necessariamente opostas, ou mutuamente exclusivas.

A reflexão de Moore pode ser utilizada para a discussão da situação das famílias feministas. Apesar de acreditarem que o gênero é uma construção social e que elas podem criar seus filhos de forma que eles não ocupem os papéis tradicionais de gênero, esses filhos ainda são classificados como meninos e meninas. Os pais se definem como mulheres e homens. Em última análise, o sexo importa. As crianças ainda são classificadas a partir de seus órgãos genitais e de sua biologia, seja pela sociedade em que estas estão inseridas, seja pelos seus pais.

Patriarcado e desencantamento

Entre as famílias feministas é comum a percepção de que existe uma socialização diferenciada para meninos e meninas. Esta seria a base de um sistema de poder que transforma as diferenças nos corpos das crianças em desigualdades sociais, econômicas e políticas. Este sistema é chamado de patriarcado.

Figura 6- Fragmento de uma postagem compartilhada nas redes sociais feita por uma mulher feminista que relata os presentes que seus primos recebem no natal. A autora faz uma relação entre socialização diferenciada e o que ela chama de sistema heteropatriarcal.



A concepção de que existe um sistema macro-político de subordinação das mulheres, leva estas pessoas a entenderem que este sistema se estende em várias instâncias da nossa sociedade, senão em todas. Uma delas seria a política institucional. Como vimos anteriormente, esta não é um pólo de concentração das esperanças de transformação para estas famílias. Cabe ressaltar que ainda hoje alguns movimentos sociais, assim como algumas vertentes do feminismo, ainda enxergam esta instância como um espaço privilegiado de atuação. Mas os pais em questão tomam as instituições tradicionais como pólos do conservadorismo.

Durante uma conversa, uma mãe feminista me disse: “*Não dá para confiar em ninguém que a gente vota, quando chega lá pode até fazer umas mudanças, mas nada é definitivo. A saída é essa, educar as crianças para mudar isso tudo de verdade*”. Diante de uma descrença na política institucional, gerada por uma situação em que as feministas sentem dificuldade de fazer frente às medidas que são consideradas ataques às mulheres, muitas delas afirmam que uma das poucas saídas que conseguem vislumbrar para acabar de vez com a violência e os preconceitos baseados em gênero seria criar novas pessoas.

Marlise Matos e Clarice Paradis (2014) analisam o que elas chamam de desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. Partindo de uma discussão com alguns dos principais expoentes do pensamento social do Brasil, as pesquisadoras concluem que as relações patriarcais ainda são bem fortes na vida social no país. Porém, elas identificam que uma série de medidas institucionais como a Lei Maria da Penha¹⁴ e o lobby do batom¹⁵ são exemplos de políticas que podem ser consideradas iniciativas de despatriarcalização do Estado. No entanto, as autoras consideram estas medidas insuficientes até o momento, pois ainda teríamos um sistema social e político enraizadamente patriarcal.

Apesar de partir de uma perspectiva do alto, institucional, e unificar elementos que aconteceram em contextos muito diferentes, as reflexões de Matos e Paradis trazem avanços no sentido de buscar um olhar sobre as relações macrossociais de gênero que afetam a maioria dos indivíduos que compartilham nossa cultura.

Para as autoras:

O patriarcado não é uma estrutura que faz parte exclusivamente do passado (...). Entendo que esse elemento-força ainda é arraigadamente constitutivo de nossa modernidade e da forma como o Estado, inclusive o brasileiro está estruturado (MATOS & PARADIS, 2014, p.62).

Inserção subordinada das mulheres na vida pública, dominação arbitrária por parte dos homens no interior da esfera familiar, papéis tradicionais de gênero reforçados pelas igrejas cristãs, violência sexual praticada por homens, dupla jornada de trabalho praticada pelas mulheres, um Estado em que as instituições são muito pouco democráticas e que perpetua em suas políticas. Todas as situações acima são citadas por Matos e Paradis como fatores que demonstram a existência do patriarcado no Brasil.

¹⁴ Lei 11.340 em vigor desde 22 de setembro de 2006. Esta lei alterou o Código Penal, possibilitando que agressores de mulheres em âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Estes agressores também não podem mais ser punidos com penas alternativas. A legislação aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos; a lei também prevê medidas que vão desde a remoção do agressor do domicílio à proibição de sua aproximação da mulher agredida.

¹⁵ Articulação entre movimentos feministas e de mulheres com diversos parlamentares durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987. O objetivo era garantir que as mulheres tivessem direitos básicos como possibilidade de ter propriedade de terras e igualdade salarial.

Mais do que remontar as origens do patriarcado, nos interessa neste momento pensar suas permanências nos dias atuais. As autoras que defendem o uso do conceito de patriarcado para compreender as relações políticas em que mulheres e homens estão envolvidos e buscam uma compreensão complexa do termo. Elas não tomam a subordinação feminina como universal ou homogênea. O objetivo não seria tomar a dominação masculina como natural e não histórica, mas tentar compreender as relações de gênero sob uma perspectiva menos individual e atomizada, e mais macroanalítica.

Lia Zanotta Machado (2000) traz algumas considerações sobre gênero e patriarcado que ajudam a elucidar esta questão. Ela afirma que o conceito de patriarcado, ou mesmo patriarcado contemporâneo, remete a uma estrutura fixa que aponta diretamente para o exercício da dominação masculina. Gênero, por sua vez, remeteria a relações construídas socialmente, mais maleáveis, que não seriam universais.

No entanto, a autora aponta que estes conceitos não são contrários um ao outro. São apenas diferentes focos de análise e interpretação. A realidade não se divide entre as macro ou micro relações. Utilizar somente um dos dois conceitos, ou formas do olhar, fecharia a possibilidade de muitos tipos de indagações, pois ambos poderiam oferecer diferentes percepções e nenhum dos dois explicaria sozinho a dinâmica das relações políticas entre mulheres e homens. Se gênero pode ser usado para falar de muitos tipos de sociedades e culturas, patriarcado se refere a formas sociais definidas. Em suas palavras:

O uso exclusivo de “patriarcado” parece conter já, de uma só vez, todo um conjunto de relações: como são e porque são. Trata-se de um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re) conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gêneros. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é a ênfase na produção de novas questões na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade (MACHADO, 2000, p.4).

Desta maneira, as famílias feministas articulam a noção de patriarcado com a noção de gênero socialmente construído. Ambas convivem, se misturam e se completam. Se o patriarcado é predominante no aspecto público e macrossocial de suas vidas, a construção de gênero é mais forte na esfera privada.

Ao analisar uma relação sadomasoquista de um casal vitoriano descrita em diários, Anne McClintock (1997) descreve como Hannah Cullwick alternava os papéis de escrava, empregada doméstica e amante de Arthur Munby. A relação do casal possibilitou a autora fazer diversas reflexões que envolviam desde questões fetichistas, travestismo e a situação da colonial da África do Sul. Uma delas em particular diz respeito à relação entre os aspectos públicos e privados na relação em questão. A autora relata que Cullwick, durante as primeiras décadas em que se relacionou com Munby, exercia a função de empregada doméstica e também de amante, mas esta se recusou a casar-se com ele e assumir publicamente o papel de esposa porque gostava e se orgulhava da possibilidade de trabalhar e ascender socialmente. No entanto, ela foi despedida de um de seus empregos por recusar-se a retirar a pulseira de escrava que usava como símbolo de sua servidão a Munby. Nesta relação, o domínio público do mercado, e do trabalho se confunde de diversas formas com o domínio privado do doméstico e do pessoal. Nas palavras da autora:

Usando de maneira flagrante em seu corpo o couro-fetichismo do trabalho forçado, Cullwick punha em questão a separação liberal entre público e privado, insistindo em exibir seu trabalho, sua sujeira, seu valor no lar: esse espaço supostamente além do trabalho escravo e do trabalho assalariado (MCCLINTOCK, 1997, p.227).

Desta maneira, percebemos que as distinções entre a esfera pública e a privada são arbitrárias. Elas não são coisas separadas, incomunicáveis. Os limites podem ser borrados e estes dois campos podem se aproximar.

Desta maneira, podemos pensar que a saída que os pais feministas imaginam para um futuro livre das desigualdades de gênero está menos relacionada à dimensão pública da vida em sociedade. A política institucional parece ser causa de desencantamento. Ela é considerada uma das principais fontes dos ataques aos direitos das mulheres. Os esforços de transformação também não parecem estar concentrados no aspecto econômico. Os debates feministas recentes que tocam no tema do trabalho, por exemplo, parecem se concentrar em prostituição, empregadas domésticas e desigualdade salarial entre homens e mulheres. No entanto, nenhum destes assuntos parece atingir

diretamente as famílias feministas que tive contato. É comum que os pais relatem que ensinam as tarefas domésticas para seus filhos pequenos, especialmente quando se trata de meninos, mas suas falas não costumam relacionar esta prática com um debate que leve em consideração o trabalho enquanto aspecto público de suas vidas.

Ao contrário, é prioritariamente na esfera privada que sua tática política se realiza. É no que existe de mais doméstico e mais familiar, a criação dos filhos, que se espera realizar as transformações sociais. Tais transformações na esfera pública aconteceriam a partir das mudanças das relações privadas. Assim, a política institucional, talvez o maior expoente do que definimos como o público, seria determinada pelos elementos mais particulares e familiares. Desta forma, a educação para a igualdade de gênero criaria novos tipos de sujeitos que, se eles existirem em número suficiente, seriam capazes de fazer outro tipo de política institucional, de economia e de sociedade. Seria uma nova cultura, capaz de gerar cada vez mais indivíduos libertos dos papéis de gênero tradicionais.

Judith Butler (2001) argumenta que no processo de uma pessoa tornar-se sujeito, ela precisa passar por uma regulação das suas práticas identificatórias, de forma que ela seja conformada em uma das duas possíveis identidades de sexo/gênero. O domínio dos abjetos, os que não são considerados sujeitos, enquadraria outras possíveis identidades de gênero. Esta construção do sujeito passando pela identificação de gênero não dependeria de uma inscrição biológica, ou mesmo de um enquadramento pré-determinado na pessoa do que seria homem ou mulher. O elemento determinante seriam performances de gênero predefinidas socialmente. Para a autora: “A formação de um sujeito exige uma identificação com o fantasma normativo do sexo: essa identificação ocorre através de um repúdio que produz um domínio de abjeção” (BUTLER, 2001, p.153).

Trazendo a discussão de Butler para o assunto aqui discutido, podemos pensar que assim como no processo geral de identificação de sexo/gênero, as crianças tornam-se sujeitos a partir da significação que constroem para seus corpos e da performance de gênero que elas praticam. O processo de tornar-se sujeito nas famílias feministas percorreria caminhos diferentes, mas ainda seria conformado segundo

práticas identificatórias conformadas em identidades de gênero femininas ou masculinas.

A busca das famílias não é romper com os gêneros, mas inventar novos gêneros para além da normatividade, criando outros tipos de sujeitos neste processo. Ainda que eles sejam meninas e meninos, que os pais sejam mulheres e homens, acredita-se que eles serão outros tipos de meninas e meninos.

A partir das reflexões dos pensadores Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) podemos realizar algumas considerações sobre as crianças e os planos de vida que são estabelecidos para elas. Os autores apontam que as crianças estão em uma zona objetiva de indeterminação ou de incerteza, ou seja, muitas possibilidades estariam em aberto, fora do corpo programado. “Independentemente da evolução que a puxa em direção ao adulto, haveria na criança o lugar para outros devires” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.65).

O conceito de devir desenvolvido por Deleuze e Guattari é definido de muitas maneiras no decorrer de sua obra, uma delas é construída através da imagem de uma linha de devir que não tem começo nem fim, esta linha só tem o meio. O devir é uma relação entre-dois, que se caracteriza pelo que estamos em vias de nos tornarmos e também através do qual nos tornamos. Para os autores, o devir: “(...) constitui uma zona de vizinhança e de indiscernibilidade, um *no man's land*, uma relação não localizável arrastando os dois pontos distantes ou contíguos, levando um para a vizinhança do outro” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.91).

Se há na criança muitos devires, ou seja, muitas zonas de vizinhança que a relacionam com diferentes possibilidades, o fato de educa-las de acordo com um plano específico, como no caso dos pais feministas, pode trazer resultados diferentes das expectativas desejadas inicialmente.

Deleuze e Guattari caracterizam a noção de plano da seguinte forma: “Plano de vida, plano de música, plano de escrita, é igual: um plano que não pode ser dado enquanto tal, que só pode ser inferido, em função das formas que desenvolve dos sujeitos que forma, pois ele é para essas formas e esses sujeitos” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.55).

Ou seja, um plano seria uma estrutura teleológica que visa um fim específico, mas muitos elementos podem vir a entrar em jogo num plano de vida, por exemplo, pode ser que esse plano possa ser

reconstruído, trazer resultados inesperados ou mesmo fracassar.

Figura 7- Postagem de um coletivo feminista na rede social Facebook cita a frase “Empodere uma criança e empoderará o mundo” ao divulgar um vídeo de uma artista infantil Mc Soffia que canta músicas sobre sua condição de menina negra



"Empodere uma criança e empoderará o mundo"
MC Soffia representando essa nova geração de crianças empoderadas,
com muito amor, feminismo e representatividade ❤️

Não temos como prever como será o comportamento de tais crianças no futuro, seja quando adultos ou mesmo antes disso, porém a educação feminista é uma iniciativa, um movimento que se constitui numa tentativa de criar indivíduos mais livres dos padrões de gêneros e, em consequência, uma sociedade mais justa. Desta maneira, educar é uma estratégia de transformação política, o objetivo não se resume na dinâmica familiar e pessoal. A estratégia é criar pessoas que possam transformar o seu contexto social.

Uma das postagens famosas nos grupos feministas da rede social facebook diz: “*Empodere uma criança e empoderará o mundo*”. A categoria empoderamento é compreendida de diferentes formas, tanto nos vários movimentos políticos, como em diversas correntes do feminismo. As ambivalências em torno do termo foram analisadas por Cecília Sardenberg (2006). A autora contrasta maneiras de conceber o empoderamento feminino, sendo uma mais liberal e outra mais libertária. Enquanto a primeira privilegia o crescimento pessoal, a última o trata como um questionamento direto ao patriarcado.

A noção de empoderamento é importante para o grupo em questão, surgindo com alguma frequência em suas falas. Para eles, empoderar seria uma composição das duas formas descritas por Sardenberg. Seria dar ferramentas para que as pessoas em situação de opressão possam fortalecer-se internamente e defenderem-se dela da melhor forma possível, bem como libertar-se de sua situação subalterna.

Conclusão

No decorrer deste texto contrastei as perspectivas teóricas de construção do gênero com as teorias do patriarcado, e demonstrei que a noção de construção familiar de meninos e meninas e a perspectiva de que existe um sistema macropolítico que privilegia homens e exclui mulheres são combinadas na prática política destas famílias. Para elas, não existe contradição entre estas visões, o micro e o macro se articulam, assim como o público e o privado e o pessoal e o político.

Estas polarizações, muito próprias da análise teórica, diversas vezes não existem na realidade empírica. Nela, é perfeitamente cabível que exista um sistema estrutural de opressão que operacionaliza quase todas as concepções de gênero da nossa sociedade, e ao mesmo tempo, que seja possível que, dentro desse sistema, indivíduos possam ser criados para que estabeleçam outras relações, contrárias à estrutura patriarcal.

Bibliografia:

- BUTLER, Judith. *Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. 1995. *Mil Platôs*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- MACHADO, Lia. *Perspectivas em Confronto: Relações de gênero ou patriarcado contemporâneo*. Série Antropologia. Brasília-DF, v. 284, pp. 1-19, 2000.
- MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse G. *Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro*. Cadernos Pagu, dez. 2014, no.43.
- McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010
- MOORE, Henrietta. *Understanding sex and gender*, in Tim Ingold (ed), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, 1997.
- MOUTINHO, Laura. *Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes*. Cadernos Pagu. Campinas: UNICAMP, v. 1, 2014.
- RUBIN, Gayle. *The traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex*. In Rayna Reiter, ed., *Toward an Anthropology of Women* New York: Monthly Review Press, 1975.

_____; BUTLER, Judith. *Tráfico sexual – entrevista*. In: ALMEIDA, Heloísa B.; BELELI, Iara (Orgs.). *Cadernos Pagu: olhares alternativos*. Campinas: Unicamp, 21, 2003.

SARDENBERG, Cecilia. *Conceituando Empoderamento de Mulheres na Perspectiva Feminista*. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, Salvador, 2006.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Recebido em: 15-02-2016

Aceito em: 01-07-2016